

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARISA DE FATIMA DA LUZ

**ARTICULAÇÃO REGIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PONTAL
DO PARANAPANEMA/SP**

MATINHOS

2019

MARISA DE FATIMA DA LUZ

**ARTICULAÇÃO REGIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PONTAL
DO PARANAPANEMA/SP**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Especialização em Educação do Campo e Realidade Brasileira a partir de seus pensadores na Universidade Federal do Paraná – UFPR/Setor Litoral.
Orientadora: Prof. Ms. Maria Isabel Farias

MATINHOS\PR

2019.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SETOR LITORAL
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A
 REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS
 PENSADORES - 40001016329E1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **MARISA DE FATIMA DA LUZ** intitulada: **Articulação Regional por uma Educação do Campo no Pontal do Paranapanema - SP**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Matinhos, 13 de Outubro de 2019.

Maria Isabel Farias
 MARIA ISABEL FARIAS

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

p/ *Ândrea Bichsta (Coord. Curso)*
 VALDIRENE MANDUCA DE MORAES (POR PARECER)

Avaliador Interno

Valter Jesus Leite
 VALTER JESUS LEITE

Avaliador Interno

ARTICULAÇÃO REGIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PONTAL DO PARANAPANEMA/SP

MARISA DE FATIMA DA LUZ

RESUMO

O trabalho retrata aspectos relacionados ao processo de articulação por uma Educação do Campo na região do Pontal do Paranapanema/SP. Assenta-se sobre as características da conformação do território, enfatizando a problemática da questão agrária, seus conflitos e contradições. Retrata o panorama educacional na atualidade destacando seu quadro no cenário de destruição e precarização da educação pública, chamando atenção para as ações hegemônicas presentes no contexto da disputa dos rumos da educação. Analisa a articulação por uma Educação do Campo na região, destacando a necessidade do fortalecimento da iniciativa e seu vínculo com a história constituída e constituinte desse território, as ações em construção na atualidade bem como as suas características inseridas no contexto educacional. Avulta-se sobre as possibilidades e potencialidades atuantes nessa articulação regional desde a construção de uma educação articulada aos interesses da população do campo inserida no contexto do conflito agrário da região e consequentemente a disposição do avanço dos processos educacionais da classe trabalhadora.

Utilizou-se como metodologia, o estudo de bibliografias do referido tema, entrevistas semiestruturadas e observação participativa, através da participação em reuniões e eventos sobre a temática.

Palavras-chave: Educação. Educação do Campo. Pontal do Paranapanema.

RESUMEN

El documento retrata aspectos relacionados con el proceso de articulación para una Educación del Campo en la región de Pontal do Paranapanema / SP. Enfatiza las características de la conformación del territorio, enfatizando la problemática de la cuestión agraria y sus conflictos y contradicciones. Retrata el panorama educativo actual destacando su situación en el escenario de destrucción y precariedad de la educación pública, llamando la atención sobre su importancia con las acciones hegemónicas presentes en el contexto de la disputa sobre la dirección de la educación. Presenta la articulación para una Educación del Campo en la región, destacando la necesidad de fortalecer esta articulación y su vínculo con la historia constituída y constituyente de este territorio, las acciones en construcción hoy, así como sus características insertadas en el contexto educativo. Las posibilidades y potencialidades que actúan en esta articulación regional se han incrementado desde la construcción de una educación articulada a los intereses de la población rural insertada. en el contexto del conflicto agrario de la región y, en consecuencia, la voluntad de avanzar en los procesos educativos de la clase trabajadora.

Se utilizó como metodología el estudio de las bibliografías del tema referido, la investigación semiestructurada y la participación en reuniones y eventos sobre el tema.

Palabras clave: Educación. Educación del campo. Pontal do Paranapanema.

INTRODUÇÃO

Nesse artigo iremos abordar o debate sobre a construção da Articulação por uma Educação do Campo no Pontal do Parapanema, contextualizando os processos educacionais frente a questão agrária na região, as disputas e os conflitos territoriais. Para isso, iremos caracterizar a referida região, apontando referenciais sobre o campo educacional da atualidade e sua vinculação no território, bem como contextualizando os processos de conflito e contradições presentes nesse contexto.

Assim, entendemos que a compreensão de território adotada neste trabalho, em conformidade com Santos (2006), traz em sua composição física, geográfica e socialmente uma conformação densa de conflitos, contradições e potencialidades, capazes de tornar esse contexto furtivo de possibilidades e de construções desde a perspectiva da classe trabalhadora. Colaborando nesse entendimento, Milton Santos nos diz:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2006, p. 14).

Ao nos deparar com essa realidade densa de possibilidades, nos remete a focar essencialmente nas dimensões educacionais as quais se inserem nesse território. Por isso, o mesmo compreende uma região que além de concentrar elementos fundantes da questão agrária, através da espacialização e territorialização da luta e organização dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, traz na sua configuração a constituição de um cenário educacional bastante significativo, com a conquista de muitas escolas do campo. O que constitui um quadro educacional importante de ser refletido.

As escolas do campo no Pontal emergem de um processo de lutas reivindicatórias e da compressão sobre o acesso ao direito à educação articulada, sobretudo pela população camponesa da região. Afirma-se assim, como parte da construção da concepção de escola do campo, no âmbito das lutas pela emancipação da classe trabalhadora.

A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da Educação do Campo, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. Trata-se, portanto, de uma concepção que

emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo. (MOLINA; SÁ, 2012, p.326).

Desta maneira, se faz necessário trazer uma abordagem sobre a caracterização educacional da região, em espacial através da presença das escolas do campo e seu contexto inserido nos assentamentos rurais. Entendemos que tal conquista educacional permite analisar as potencialidades da construção de um processo efetivo de uma articulação regional por uma Educação do Campo, enquanto instrumento constituinte da conformação territorial vinculado as demandas sociais e de interesse desde a lógica da luta e resistência dos trabalhadores.

Entretanto, conforme Freitas (2018) ressaltamos que o cenário educacional na atualidade, através do caminho em que a educação pública transita, nos mostra uma lógica de precarização e mercantilização da educação no sentido da privatização.

Nesse cenário de contrassenso e construção de processos educativos diferenciados no contexto do território da região do Pontal do Paranapanema, pontuamos as potencialidades a serem destacadas na construção dessa articulação por uma Educação do Campo. Vista como uma importante ferramenta de disputa e análise crítica sobre os rumos da educação em âmbito regional, reflexo das contradições históricas atuantes na conformação do território.

Desta maneira, nos propomos a analisar de maneira geral as possibilidades e espaços políticos dessa articulação, enfatizando as suas potencialidades e desafios na construção dos espaços políticos de resistência e experiências históricas desde a perspectiva crítica da educação da classe trabalhadora em tempos de retrocessos históricos e perda de direitos fundamentais na sociedade.

Para a realização do referido percurso, lançamos mão do uso de diferentes instrumentos de pesquisa e sistematização de informações: diálogos através da participação em reuniões e eventos relacionados a temática, entrevistas semiestruturadas, registro em diário de campo, revisão bibliográfica e documental. Buscamos dialogar diretamente com os sujeitos inseridos no processo da articulação (comunidade, educadores e apoiadores em geral).

A leitura de bibliografias, através de livros e artigos científicos, possibilitou a cobertura de uma gama de fenômenos de modo mais amplo. Tendo presente a assertiva de Gil, (2002) de que pesquisa bibliográfica é indispensável aos estudos históricos. Vale destacar que na região encontramos vários acervos de pesquisas no âmbito geográfico junto a Universidade que trazem informações e análises significativas sobre a conformação do território. No que se refere à busca do cenário educacional as leituras bibliográficas concentraram-se em autores que sistematizam aspectos do cenário atual da educação como: Freitas (2018), Frigotto (2014) entre outros.

Por isso, o referido artigo ganha relevância justamente por se apresentar como uma ação necessária ao contexto determinado, “possibilitando ajustar procedimentos racional e sistemático proporcionando respostas aos problemas que são propostos” Gil (2002, p. 17.). Nesse sentido, a reflexão sugerida suscita compreensão e interpretação dos desafios atuais, bem como a sua articulação com as mudanças necessárias na sociedade.

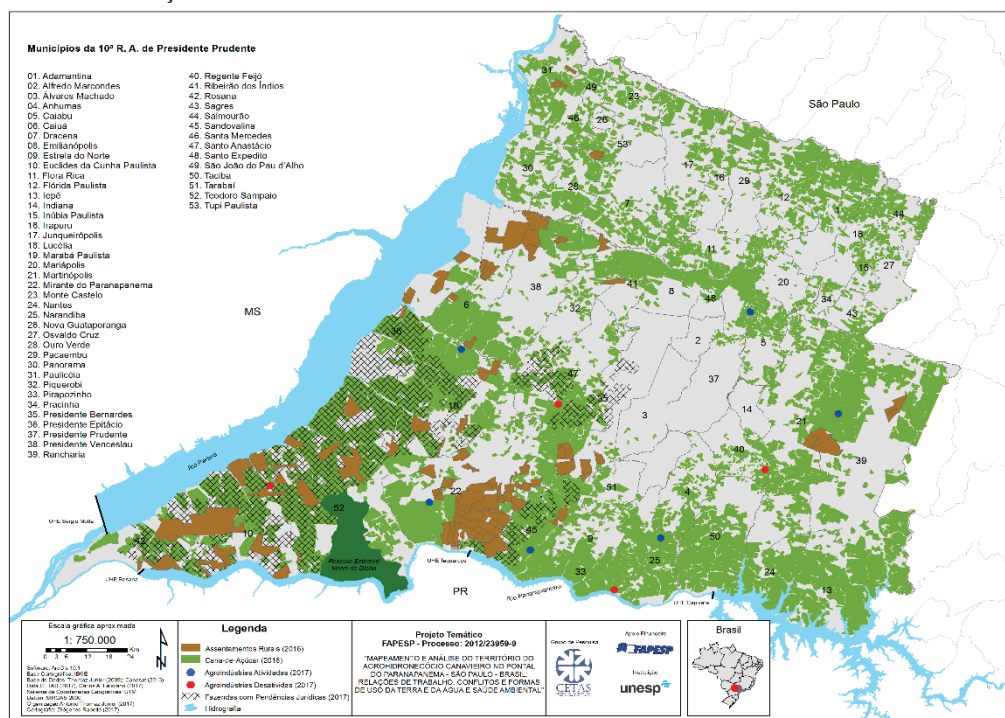
Nesse sentido, o referido artigo está organizado em quatro capítulos, sendo que o primeiro capítulo aborda aspectos gerais da questão agrária e conformação do território na região do Pontal do Paranapanema, enfatizando as características no contexto de conflitos e contradições. No segundo capítulo, apresenta a contextualização da atualidade da educação e seu vínculo com o quadro educacional no território, destacando o cenário de precarização e mercantilização da educação enquanto movimento atuante no cenário da política educacional. No terceiro capítulo apresenta-se a caracterização da educação na região do Pontal, destacando a conquista das escolas do campo e a necessidade de avançar sobre o processo de consolidação da articulação por uma Educação do Campo. Por fim, nas considerações finais, reafirma a necessidade do avanço de processos que já se encontram em andamento, a fim de fortalecer a articulação por uma Educação do Campo na região, relacionando-o aos processos históricos e contradições inerentes a sua conformação.

A REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA: UM TERRITÓRIO EM DISPUTA

O território do Pontal do Paranapanema está localizado na região denominada Alta Paulista, situada no extremo oeste do estado de São Paulo, sendo considerada uma região de posição estratégica, pois faz divisa com os estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, compreendendo a 10ª região administrativa de Presidente Prudente abrangendo atualmente 53 municípios nessa região¹.

¹Adamantina, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Dracena, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Flora Rica, Iepê, Indiana, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Marabá Paulista, Mariápolis, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Monte Castelo, Nantes, Narandiba, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Paulicéia, Piquerobi, Pirapozinho, Pracinha, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sagres, Salmourão, Sandovalina, Santa Mercedes, Santo Anastácio, Santo Expedito, São João do Pau d'Alho, Taciba, Tarabai, Teodoro Sampaio, Tupi Paulista.

FIGURA 1 – Mapa da região administrativa de Presidente Prudente, com destaque para as áreas de expansão da cana-de-açúcar



Fonte: Rabello (2018, p.115).

Cabe destaque que, na atualidade, a mesma enfrenta um processo de ampliação do cultivo de cana de açúcar atribuído ao modelo do agrohidronegócio canavieiro na região (RABELLO, 2018) como indicado no mapa acima.

Compreendemos que o processo de ocupação desse território advém de um caráter de exploração, de um intenso processo marcado por violência e expulsão dos povos indígenas e posteriormente a população do campo, sem nenhuma intenção de incentivar seu desenvolvimento econômico, social e ambiental, tampouco um modelo educacional apropriado as características regionais.

Segundo Leite (1981), a efetiva povoação da região ocorreu a partir da instalação da Estrada de Ferro Sorocabana, a partir da década de 1920, estabelecendo o modelo da monocultura cafeeira, a qual deu suporte para a formação da rede urbana e do cenário da economia nacional promovendo, dessa maneira, a territorialização da grilagem na região (SOBREIRO, 2012). Essa ocupação da região ocorreu de forma ilegal e irregular. Ainda segundo Leite (1981), os exploradores não eram os legítimos proprietários das terras, pois não possuíam títulos de propriedade, dado que os supostos proprietários declararam suas posses nos *registros paroquiais*.

Segundo Feliciano (2006), esses registros eram vagos e imprecisos e foi de posses desses registros, que seus portadores iniciaram um grande processo de compra, venda doações e permutas de grilos.

Grilo se tratava de várias tentativas desse reconhecimento de registros de terras perante o Estado, mas sem eficácia, pois a origem dos títulos sempre foi questionada por conter no seu processo razões não explicadas e de caráter duvidoso. São vários os episódios, desde a falsificação de papéis e até mesmo assinatura, como o caso de Jose Teodoro de Souza. Segundo conta a literatura nessa área, Jose Teodoro de Souza declarou a um vigário de Botucatu, em 1856, que possuía terras nessa região desde 1847. Seguiu a cartilha de Lei de Terras de 1850. Apresentou confrontantes de suas posses, demonstrando que no mesmo período outros posseiros também se estabeleceram na região. Isso legitimaria sua posse, uma vez que se cada confrontante declarasse ao pároco que eram respectivos vizinhos, seria uma prova de sua moradia habitual, de forma “mansa e pacífica”. Nesse momento José Teodoro de Souza fez um registro na paróquia da vila de Botucatu, com o vigário Modesto Marques Teixeira, declarando como sua a área da “Fazenda Rio do Peixe ou Boa Esperança do Água Pehy”. Após isso, declarando sua posse, arregimentou várias pessoas para estabelecer o povoamento, vendendo lotes de sua “propriedade”. (FELICIANO, 2006, p. 50).

Por muitas vezes, os supostos proprietários tentaram legitimar suas posses sem muito êxito, sendo seus documentos considerados não legítimos perante do Governo do Estado e junto a juízes de direito.

Vale ressaltar que o latifúndio e o grilo no Pontal do Paranapanema são traços fundamentais na história da constituição dessa região, diante da imagem de decadência caracterizada principalmente pela concentração, expropriação e exploração por parte do latifúndio. Porém, esse tipo de relação configurada como atraso, era vista pelos latifundiários como algo estratégico, no sentido de assegurar as relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

Desta maneira, a grilagem de terras continua sendo elemento estruturante da questão agrária da região do Pontal do Paranapanema (SOBREIRO, 2012).

Outro traço marcante na caracterização da formação da região do Pontal do Paranapanema é a conformação do coronelismo, fruto de uma relação de poder que mescla o público e o privado, conforme nos diz o Relatório de Impactos Socioterritoriais (2006).

No coronelismo os elementos centrais estão caracterizados na subordinação, no favorecimento e na paternidade das decisões a serem tomadas e, por isso, dependem das vontades do coronel pelo mandonismo local e as trocas de favores. Um dos exemplos do coronelismo são as atitudes tomadas por alguns políticos no Pontal do Paranapanema, como a utilização de equipamentos públicos municipais de acordo com os seus interesses. Esses elementos permanecem na formação dos municípios do Pontal do Paranapanema, contribuindo com a disputa de poder na sociedade civil. (p. 68).

Tal característica, permite a conformação de um território mediado por relações de mando e de poder, traços fundantes da dinâmica territorial que acaba por ser questionado através do surgimento dos movimentos socioterritoriais, configurando o espaço de disputa e questionamentos sobre essa lógica de concentração do latifúndio e de formas de dominação na região.

De acordo com a discussão proposta por Fernandes (2000) movimentos socioterritoriais, são aqueles que tem a disputa pelo território como foco de sua ação, sua forma permite não só a espacialização das lutas, como também a territorialização, assim atuam em distintos espaços ao mesmo tempo de forma articulada.

No processo intenso de ofensiva da luta pela terra na região a partir da década de 1990, com a desapropriação de grandes latifúndios, sendo uma vitória dos trabalhadores sem terras, articulados na forma de movimentos socioterritoriais, principalmente pelo MST, intensifica-se um processo de conflito baseado na disputa territorial entre os trabalhadores sem terras e os latifundiários.

Segundo relato de entrevistas², a chegada do MST na região do Pontal do Paranapanema ocorreu a partir do ano de 1990, através da primeira ocupação de terra realizada na fazenda Nova do Pontal, situada no município de Rosana. Nessa ocupação se somaram inúmeras famílias vindas do norte do Paraná, também famílias que foram expulsas do seu local de moradia diante da instalação da Usina Hidrelétrica na região. Nesse período, as ocupações se caracterizavam por serem massivas, com a participação de toda família. A maioria das ocupações chegavam a ter em torno de 1000 famílias ocupantes.

Todo o processo de avanço da luta pela terra através das ocupações na região seguiu praticamente durante toda a década de 1990, com o avanço do MST sobre inúmeros latifúndios na região, acumulando força e respeito na sociedade. Contexto em que se projeta a construção do debate da Educação do Campo.

Período marcado por confrontos diretos entre as famílias acampadas e jagunços das fazendas, com muitos tiroteios, inclusive com a ocorrência de pessoas feridas, que até hoje carregam sinais. Com todo esse processo, as lutas através das ocupações massivas na região fizeram acirrar os conflitos e a pressão sobre a situação jurídica das terras públicas griladas e irregularmente apropriadas pelo latifúndio (ENTREVISTA)³.

²Entrevista realizada com dirigente do MST, em Teodoro Sampaio, na data de 20 de setembro de 2019.

³Entrevista realizada com dirigente do MST, em Teodoro Sampaio, na data de 20 de setembro de 2019

Sobre esse aspecto, podemos dizer que o Estado se apresenta historicamente incompetente para resolver essa situação de conflito e em determinadas situações até mesmo conivente. De acordo com Sobreiro (2012) o acirramento da luta entre trabalhadores rurais sem terras e fazendeiros na região, determinou a criação de um movimento socioterritorial, a UDR – União Democrática Ruralista, representado pela classe ruralista, cujo objetivo principal seria o ataque direto e a criminalização do MST, tornando ainda maior o acirramento da luta e das disputas do território. Reforçando o caráter classista da luta pela terra.

Assim, a inserção do Movimento Socioterritorial, especialmente o MST nas disputas territoriais, passa a apresentar para a sociedade em geral a denúncia da problemática agrária centrada historicamente nessa região. Sobre esse contexto, entendemos os motivos que levaram o Pontal do Paranapanema, na década de 1990, a se tornar a região com maior número de ocupações e de conflitos da luta pela terra no cenário nacional.

Essa conformação da região do Pontal do Paranapanema que historicamente se constituiu com as características da violência, exploração, destruição e apropriação indevida das terras na região faz emergir as contradições, fruto do desenvolvimento e avanço do capital.

Nesse sentido, cabe destacar que as ações do capital no território e sua exacerbação na sociedade produz contradições latentes evidenciando as possibilidades de superação. De acordo com Frigotto e Ciavatta (2014, p.41) “o capital, enquanto uma relação social historicamente produzida, não é eterno como seus apóstolos e apologetas tentam fazer crer. Nesse processo de mutação permanente, velho e novo se misturam. As categorias analíticas necessitam ser, por isso, reconstruídas”.

Com esse entendimento, toda a história que conformou as características predatórias da região, possibilitou o aparecimento de conflitos e resistências frente a essa realidade, denotando a contradição entre a apropriação privada da terra e a garantia de condições de vida digna para os trabalhadores no território. Segundo SOBREIRO (2012, p.92):

Por saberem que a propriedade privada se constitui como a base da sociedade capitalista os trabalhadores organizados passaram a se confrontar diretamente com o latifúndio e com o Estado por meio de ocupações de terras. Assim, as ocupações passaram a ser não somente a principal forma de acesso à terra, mas também uma maneira dos trabalhadores excluídos pelo sistema materializarem a contraditoriedade da lógica do capital por meio de uma luta que acima de tudo reivindica melhores condições de vida.

Tais experiências, processos de resistência e conflitos com o latifúndio possibilitaram aos trabalhadores conceber formas de luta e organização com características próprias,

mediante ocupações massivas dos latifúndios, o que resultou no expressivo número de famílias assentadas na região. De tal forma que a população dos assentamentos, passa a interferir na dinâmica territorial historicamente demarcada pela concentração fundiária.

Todo esse cenário de conformação das características regional, traz para o aspecto educacional as conflitualidades expressas na sua própria constituição, enquanto um território de conflitos e de relações contraditórias inseridas nas estratégias do capital e disputas de projeto de modelo de sociedade. Como é caso da presença do agronegócio canavieiro e dos assentamentos resultantes da luta pela terra nesse território.

Nesse sentido, entendemos que nesse território existem projetos em disputa e em contradição permanente na medida em que ambos buscam constituir-se enquanto definidores de logicas de produção e de desenvolvimento regional. Cabe destacar que a abrangência educacional presente se constitui e é constituinte de condições e possibilidades de tornar-se um efetivo instrumento de força e dirigente cabendo exercer um papel de direção e protagonismo nas definições das políticas educacionais, capazes de consolidar práticas pedagógicas que estejam em diálogo com o projeto de desenvolvimento regional enquanto instrumento de fortalecimento dos trabalhadores camponeses e não a serviço das estratégias de atuação do capital.

Por tudo isso, a região do Pontal do Paranapanema no quadro das condições de sua conformação, passa a projetar-se como território de conflito e contradições constante, haja visto a sua configuração histórica centrada no latifúndio e a presença do agronegócio canavieiro na atualidade. Assim, constituída e constituinte de potencialidades inerentes ao seu contexto, avivando a necessidade de uma articulação por uma Educação do Campo, enquanto instrumento de resistência e ofensiva frente ao cenário de perca dos direitos sociais e de desqualificação do sentido da política pública da educação.

CENÁRIO DA EDUCAÇÃO NA ATUALIDADE: O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA

Conforme exposto acima, a região do Pontal do Paranapanema apresenta em sua conformação traços marcantes que demonstram um processo histórico de luta pela terra e conquista de território pelos camponeses Sem Terra ao passo que também se faz presente o fator estruturante da questão agrária materializado no latifúndio e do capital na agricultura através da inserção do agronegócio canavieiro na região (RABELLO, 2018). Esse quadro evidencia um caráter permanente de tensão e um movimento contraditório de modelos e

projetos de desenvolvimento. Nesse caso, a política educacional também acompanha esse movimento de tensionamentos e contradições, na medida em que a mesma se insere em processos de difusão e construção de pensamentos e ações pedagógicas, seja nas escolas do campo. Como também nas pesquisas acadêmicas, onde fica evidente a contradição entre modelos e pressupostos educacionais que se confrontam cotidianamente nas ações educacionais.

O contexto da educação na atualidade se faz necessário refletir primeiramente, visto que a mesma se apresenta em processo de mudanças e transformações. O que temos observado na trajetória da educação pública é um movimento de percurso e caracterização da educação a partir de um caráter mercadológico, privatizante de viés meritocrático. Esses e tantos outros aspectos compõe o que chamamos de cenário atual de fagocitação do capital sobre a educação. Onde insere as suas estratégias junto às ações educacionais em relações mercadológicas e de produção de valores do capital (FREITAS, 2018).

Podemos ainda identificar a reorganização de amplos setores ligados aos interesses dominantes desempenhando uma ação capitalizada, seja nas escolas, universidades, ou também nos estados e municípios. Toda essa perspectiva fundamenta as bases para as propostas e preceitos da Reforma Empresarial na Educação, ou seja, pensar a escola com uma “empresa” (FREITAS 2018). Nessa mesma linha o autor nos diz que:

Nessas condições, a educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender os seus objetivos de disputa ideológica. A educação vista como um “serviço” que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a sua privatização. Do ponto de vista ideológico, a privatização também propicia um maior controle político do aparato escolar, agora visto como “empresa” aliado a padronização promovida pelas bases nacionais comuns curriculares e pela ação do movimento “escola sem partido”, este último um braço político da “nova” direita na escola. (FREITAS, 2018, p. 29)

Da mesma maneira, organizando o processo escolar articulado as necessidades do processo produtivo do capital bem como a sua vinculação aos instrumentos e instituições do capital internacional, como por exemplo, o Banco Mundial (FREITAS 2018).

Como exemplo da questão acima descrita, percebemos o quanto o agronegócio passa a ampliar seu leque de articulação, que vai além do aspecto propriamente econômico, mas, sobretudo nesse período, busca se enraizar nas várias esferas, seja econômica, empresarial e também financeira, ficando cada vez mais evidente a sua intencionalidade de fazer da educação um instrumento de disseminação ideológica do projeto político desse modelo de desenvolvimento do capital.

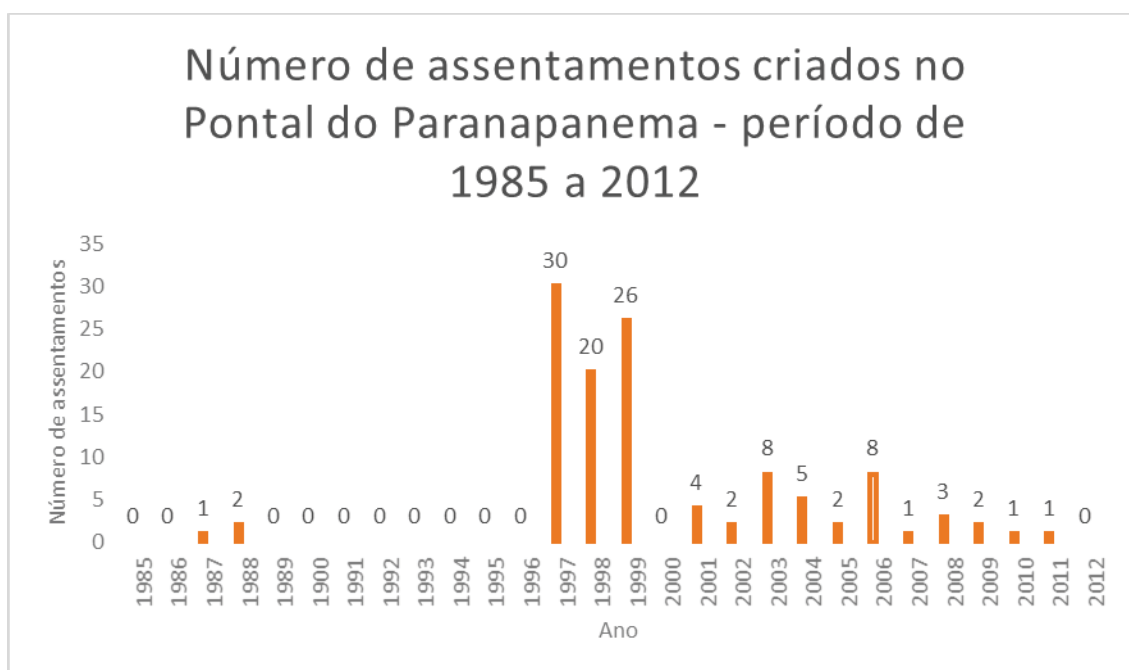
Tal interferência se efetiva na medida em que se põem em prática as ações empresariais na educação, que é utilizada como espaço de difusão de uma nova sociabilidade, carregada de uma ideologia de desenvolvimento sustentável (LAMOSA; LOUREIRO, 2015). Tal concepção passa a ser disseminada no contexto da região do Pontal do Paranapanema na mediada em que empresas, como é o caso da Odebrecht Agroindustrial ligada ao setor sucroalcooleiro passa a inserir-se nas escolas do campo, através da realização de espaços de formação de professores, materiais didáticos, formação profissional dentre outros, além de intensificar ação junto as políticas públicas dos municípios da região (LUZ 2017). Evidenciando as contradições referente a atuação de distintas concepções e políticas educacionais diante do processo de consolidação da articulação por uma Educação do Campo.

É nesse contexto de disputa do capital através da busca do empresariamento da educação que traz em seu ideário capitalista, a imposição de referências e produzindo imagens e padrões societários, desde a centralidade no individualismo e da meritocracia. Assumindo uma capacidade de ausência de possibilidade de construção de referenciais políticos, além da perda da dignidade humana, acabando por reproduzir as grandezas econômicas, como: a sociedade do conhecimento, qualidade total, pedagogia das competências, empregabilidade, empreendedorismo e capital social (FROGOTTO, 2012).

Diferentemente da concepção de educação em que se valoriza apenas dimensão técnica cuja preocupação norteadora se dá em função das demandas do mercado (LUZ, 2017), a prática educativa deve estar aberta à perspectiva de construção da história de modo mais inclusivo e emancipatório, contexto em que se inserem os processos de articulação por Educação do Campo.

Para melhor aprofundamento da reflexão, entendemos que a região do Pontal do Paranapanema diante da sua caracterização e conformação histórica, poderá suscitar elementos para ampliar a nossa compreensão sobre as potencialidades da articulação regional por uma educação do campo já que a mesma possui uma concentração significativa de assentamento rurais e este processo de conquista, articula-se também ao processo de constituição histórica da trajetória da educação do campo, conforme podemos observar no mapa referente aos assentamentos.

FIGURA 2 – Gráfico com número de assentamentos rurais criados no território do Pontal do Paranapanema entre os anos 1985-2012



Fonte: Dataluta (2013).

Organização: LUZ, M. F. (2019).

Conforme o gráfico acima fica evidente a amplitude da luta pela terra na década de 1990 na região do Pontal do Paranapanema, dando origem a mais de 100 assentamentos de reforma agrária. Nesse contexto, permitindo identificar a emergência de uma nova configuração social, política, econômica, cultural e educacional na região.

Esse cenário societário, envolvendo a chegada e tomada do território por diferentes famílias sem terras, dentre elas inúmeras crianças, jovens e adultos demandando escolarização permitiram ampliar as possibilidades de construção de novas demandas educacionais locais e de âmbito regional. Segundo relatos de entrevistas⁴, essa demanda surge primeiramente através da organização de “escolas improvisadas” debaixo de barracas de lona preta, debaixo das árvores e posteriormente com a organização das famílias já nas áreas dos assentamentos, avança-se sobre a compreensão coletiva da necessidade do acesso das crianças e jovens as escolas.

⁴ Entrevista realizada em Sandovalina, com educadora que acompanhou os primeiros processos educativos nas áreas de acampamentos e assentamentos na região, no dia 13 de março de 2019.

Todo o percurso de luta e resistência das famílias nos seus “novos territórios” permite que se articule espaços de reivindicação junto aos órgãos públicos para que se efetive a conquista das primeiras escolas já em território dos assentamentos rurais, permitindo assim, que se ampliasse não só a compressão do direito à educação, mas sobretudo, acompanhando o contexto de luta pela terra em nível nacional. Sobre essa realidade, passava-se a consolidar uma apreensão sobre a necessidade de ter escolas dentro dos assentamentos.

Não podemos esquecer que é nesse mesmo período que ocorre o percurso da emergência da Educação do Campo em âmbito nacional, onde destacamos que o avanço da luta pela terra e a articulação da Educação do campo decorrentes de um processo de organização, fortalecimento, e sobretudo denúncia do panorama da questão agrária, onde a luta e organização dos trabalhadores são espaços fundantes nesse processo decisivo de nova conformação dos territórios. (GHEDINI et al., 2016). Tal processo evidencia a potencialidade da efetivação da articulação da educação do campo e seu vínculo com o território.

No horizonte das diferentes práticas da educação, podemos identificar o papel que desempenha a Educação do Campo enquanto uma possibilidade de inserir ações e reflexões da realidade do campo, novas perspectivas sobre o futuro e fundamentalmente a produção de uma nova consciência sobre sua realidade, pois conforme nos esclarece Freire (1981, p.95) “não há conscientização popular sem uma radical denúncia das estruturas de dominação e sem o anúncio de uma nova realidade a ser criada em função dos interesses das classes sociais hoje dominadas”.

Ao nos aproximar da concepção de Educação do Campo que vêm sendo desenvolvida pelas práticas educativas dos movimentos socioterritoriais de luta no campo, por exemplo, as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, esta nos apresenta uma educação crítica, comprometida com a realidade de luta dos povos que sofreram e sofrem o processo de exclusão e expropriação do campo.

A Educação do Campo com a qual dialogamos contraria o entendimento de setores ligados ao agronegócio que compreendem a educação como meio de qualificação técnica para a profissionalização e preparação de mão de obra para o mercado na lógica do capital, sem interferir nas condições estruturais sob as quais a questão agrária brasileira se assenta, ou seja, a concentração de terra e renda (LUZ, 2017).

Falar em Educação do Campo implica pensar e expor o que se entende por este termo em construção e que é apropriado por vários sujeitos. Para cumprir esta tarefa se faz necessário resgatar o seu sentido e principalmente o seu significado para a realidade da educação. A esse respeito afirma Caldart.

Mas uma primeira compreensão necessária pra nós é de que se o conceito de Educação do Campo, como parte da construção de um paradigma teórico e político, não é fixo, fechado, também não pode ser aleatório, arbitrário: qualquer um inventado por alguém, por um grupo, por alguma instituição, por um governo, por um movimento ou organização social. Pelo nosso referencial teórico, o conceito de Educação do Campo tem raiz na sua materialidade de origem e no movimento histórico da realidade a que se refere. Esta é a base concreta para discutirmos o que é ou não é a Educação do Campo. (CALDART, 2008, p.69).

No que tange as contradições inseridas no contexto da educação na atualidade, emerge-se a exigência da educação pública enquanto um direito político e social adquirido através da luta da classe trabalhadora. Compreendemos que a educação pública necessita ser assegurada como um instrumento de formação integral e ampla, articulada a princípios que levem em conta as condições objetivas e subjetivas para o seu crescimento pleno.

Esse crescimento nos permite criar possibilidades de envolver as capacidades da vida, física, material e suas potencialidades intelectuais, cultural, educacional, afetiva, estética e lúdica, vislumbrando uma educação unilateral e de emancipação de todos os sentidos humanos (FRIGOTTO, 2012).

Tais características da educação pública almejada permitem a desvinculação dos preceitos e diretrizes do capital em detrimento da concentração e do lucro. Por isso, não se pode vislumbrar tal construção como uma empreitada fácil de ser concebida e efetivada, ao contrário, cabe nesse processo consolidar uma ampla articulação de forças políticas e sociais, desde a esfera das reivindicações dos trabalhadores, para que tais políticas de qualidade e de garantia da efetivação da educação pública possam obter avanços e conquistas (MÉSZÁROS, 2008). A atuação dentro das contradições da sociedade poderá nos oferecer o caminho da resistência e possibilidades de conquista através da busca incansável da consolidação de uma consciência social necessária às mudanças.

No que se refere ao panorama educacional presente na região do Pontal do Paranapanema, percebemos que o mesmo possui muitas escolas já consolidadas. De acordo com a tabela 1, podemos perceber o número significativo de escolas estaduais situadas em áreas de assentamentos. Essas escolas estaduais são pertencentes a Diretoria de Ensino de Mirante do Paranapanema. Vale ressaltar que nessa tabela ainda não contabilizamos as inúmeras escolas municipais que estão situadas também nos assentamentos.

Tabela 1 – Escolas estaduais que atendem populações dos assentamentos no Pontal do Paranapanema

Escola	Município	Localização
E.E. Josú Quirino Cavalcante	Mirante do Paranapanema	Área urbana
E.E. Maria Aparecida de Azeredo Passos	Mirante do Paranapanema	Área urbana
E.E. Fazenda São Bento	Mirante do Paranapanema	Assentamento São Bento
E.E. Assentamento Santa Clara	Mirante do Paranapanema	Assentamento Che Guevara
E.E. Zulenka Rapchan	Mirante do Paranapanema	Distrito próximo aos assentamentos
E.E. Kosuke Endo	Mirante do Paranapanema	Distrito próximo aos assentamentos
E.E. Shizuo Nishikawa	Mirante do Paranapanema	Distrito próximo aos assentamentos
E.E. Liria Yurico Sumida Professora	Sandovalina	Área urbana
E.E. Moacyr Teixeira Doutor	Estrela do Norte	Área urbana
E.E. Takako Suzuki Professora	Narandiba	Área urbana
E.E. Felicio Tarabay Deputado	Tarabai	Área urbana
E.E. Salvador Moreno Munhoz	Teodoro Sampaio	Área Urbana
E.E. Arthur Ribeiro	Teodoro Sampaio	Área urbana
E.E. João da Cruz Mellao	Teodoro Sampaio	Distrito próximo aos assentamentos
E.E. Romilda Lazara Pillon dos Santos	Teodoro Sampaio	Assentamento Água Sumida
E.E. Assentamento Santa Zélia	Teodoro Sampaio	Assentamento Santa Zélia
E.E. Antônio Binato Silva (Vó Nina)	Teodoro Sampaio	Fazenda Alcídia – Destilaria Alcídia
E.E. Francisco Ferreira	Teodoro Sampaio	Assentamento Ribeirão Bonito
E.E. Lidia Sanae Oya	Euclides da Cunha Paulista	Distrito – Agrovila rural
E.E. Rosa Francisca Mano	Euclides da Cunha Paulista	Área urbana
E.E. Paulo Coelho	Euclides da Cunha Paulista	Área urbana
E.E. Bairro Santa Rita do Pontal	Euclides da Cunha Paulista	Distrito – Agrovila rural
E.E. Maria Antonia Zangarini Ferreira	Euclides da Cunha Paulista	Assentamento Gleba XV de novembro
E.E. Ribeirinhos	Rosana	Assentamento Gleba XV de novembro
E.E. Gleba XV de Novembro	Rosana	Assentamento Gleba XV de novembro
E.E. Francisca Messa Gutierrez	Rosana	Área urbana
E.E. Francisco Piergentile	Rosana	Área urbana
E.E. Maria Audenir de Carvalho	Rosana	Distrito de Primavera
E.E. Porto Primavera	Rosana	Distrito de Primavera

Fonte: Diretoria de Ensino de Mirante do Paranapanema ([2019]).

Organização: LUZ, M. F. (2019)

Conforme a tabela1, percebemos um número expressivo de escolas nos assentamentos e demais escolas que, mesmo estando em área urbana atendem educandos/as vindo dos diversos assentamentos da região. Cabe destaque que a grande maioria dessas escolas

passaram a se inserir nos debates e ações da Educação do Campo no último período, em especial a partir do ano de 2012.

Diante desse panorama, percebemos o avanço significativo do acesso a população do campo no processo de escolarização e de tentativas em busca da consolidação de uma concepção de educação voltada aos interesses dessa população inserida nos diversos assentamentos da região do Pontal.

Podemos perceber a partir de relatos de entrevistas⁵ que estas escolas são resultado dos processos de lutas dos trabalhadores pela terra e pelo direito à educação, inseridas no debate da Educação do Campo. De acordo com a entrevistada há um movimento de contradição evidenciado nos processos de resistência, seja nas ações organizativas das diferentes categorias de trabalhadores que insistentemente buscam articular espaço e construção de enfrentamento ao cenário complexo da conjuntura educacional, seja através da constituição de ações sucessivas de discussões e processos formativos e fortalecimento de espaços efetivamente coletivos permitindo articular as contradições reais da sociedade.

Frente a esse panorama, identificamos que no contexto da região do Pontal do Paranapanema vem se constituindo um processo de fortalecimento da Articulação por uma Educação do Campo, como possibilidade de contraposição e inserção das contradições sociais presente no território, evidenciando potencialidades e desafios desde a sua constituição.

A ARTICULAÇÃO POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO TERRITÓRIO DO PONTAL DO PARANAPANEMA/SP

Diante do exposto acima, para o contexto da região e sua conformação na atualidade, cria-se as condições para a emergência de espaços da articulação regional da Educação do Campo compreendida como construção e processos amplos de diálogo com a sociedade, e também efetivação de práticas educacionais voltada aos interesses e ao contexto dos trabalhadores do campo.

A construção deste tópico do texto se deu a partir da sistematização e reflexão sobre as informações obtidas ao longo do processo de pesquisa, através das observações e anotações no caderno de campo e realização de entrevistas com lideranças dos movimentos sociais, famílias assentadas, representantes do poder público e educadores(as) e educandos(as) das áreas de reforma agrária e universidades.

⁵ Entrevista realizado em 10 de setembro de 2019, com educadora assentada no município de Mirante do Paranapanema.

Aqui destacamos que a ação efetiva da Articulação por uma Educação do Campo no território do Pontal do Paranapanema decorre da organização de espaços de debate sobre a concepção de educação que queremos construir. Processo iniciado no final da década de 1990 com conquista das primeiras escolas em áreas de assentamentos e a realização dos processos de formação com educadores e educadoras, impulsionado no ano de 2012, com o apoio do Colegiado de Desenvolvimento Territorial – COODETER.

O COODETER enquanto espaço de discussão das estratégias de desenvolvimento regional, com participação de diversos seguimentos sociais, abrangia a câmara temática setorial da Educação, com representantes do poder público (prefeituras municipais), Universidades, sociedade civil (associações, grupos coletivos) e movimentos sociais, contribuiu com a ampliação das demandas referente ao contexto das escolas do Campo e possíveis ações a serem efetivadas no território.

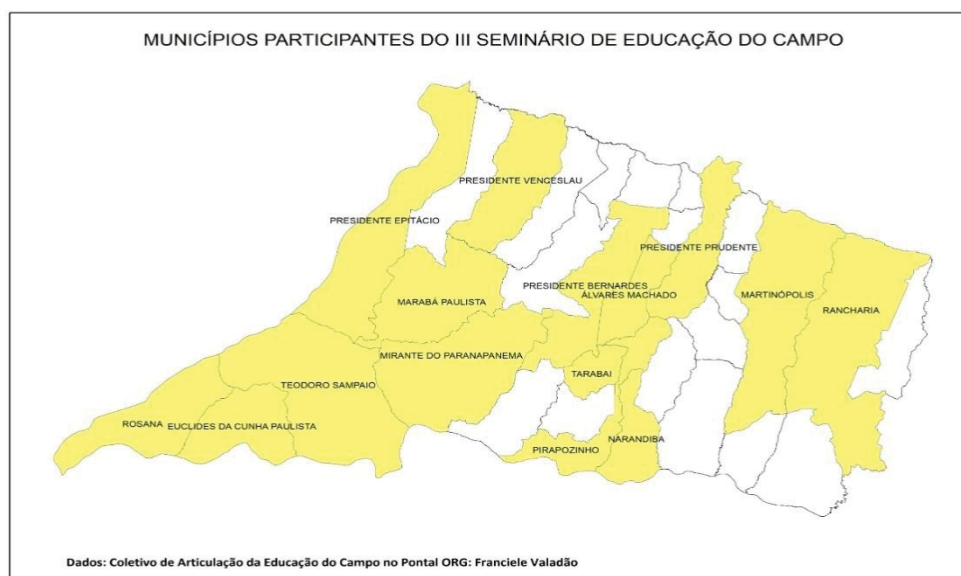
Nessa mesma direção, se propõe a criação de fóruns microrregionais e posteriormente e articulação de Seminários Regionais da Educação do Campo tendo por foco a necessidade de debate sobre o contexto das escolas do campo e avançar na compreensão e apreensão da concepção de Educação do Campo necessária ao contexto da região do Pontal do Paranapanema.

Vale destacar que na região já foram realizados quatro Seminários regionais da Educação do Campo em diferentes municípios da região, sendo: 2014, município de Teodoro Sampaio; 2016, município de Narandiba; 2017, município de Euclides da Cunha Paulista e 2019, município de Tarabai. Buscando dar ênfase a caracterização do quadro educacional nas escolas do campo, debatendo quais as características necessárias a construção da escola do campo e qual a concepção de Educação do Campo temos hoje na atualidade.

Esses seminários regionais têm contado com a participação efetiva de professores das escolas do campo, a comunidade dos assentamentos rurais, gestores, e juventude do campo, principalmente aqueles/as estudantes das escolas do campo do ensino médio, além do poder público e das universidades.

Observa-se uma participação expressiva dos municípios nesse espaço, conforme figura abaixo.

FIGURA 3 – Municípios participantes do III Seminário de Educação do Campo



Fonte: Memória do III Seminário Regional de Educação do Campo no Pontal do Paranapanema
Organização: VALADÃO, F. (2018).

No dia 16 de agosto de 2019 realizou-se o IV Seminário da Educação do Campo, no município de Tarabai/SP, com a presença de 300 participantes, representantes do poder público municipal e estadual, movimentos sociais e instituições de ensino, pesquisa e extensão.

Figura 4 – Logo do IV Seminário de Educação do Campo do Pontal do Paranapanema



Fonte: Articulação Regional por uma Educação do Campo
Organização: RABELLO, D. (2019)

De acordo com as observações realizadas durante o IV Seminário constatamos um grande interesse pela temática na região, o que se pode afirmar a partir da análise do número de participantes e de organizações envolvidas no processo de organização do evento. E confirma a análise da concepção da Educação do Campo, como um campo de conflito e disputas, evidenciado nos discursos de abertura e na fala do professor Bernardo Mançano Fernandes na conferência final.

Para a construção dessas ações, desde 2018 se constituiu um coletivo permanente (equipe de articulação) representado por Universidades – grupos de pesquisadores, professores de diferentes escolas, prefeituras municipais e movimento social, tendo por função dar continuidade as ações e planejamento da educação do Campo na região de forma permanente, ao mesmo tempo em que se constitui, enquanto processo permanente de avanço sobre a compressão da necessidade de estabelecer práticas pedagógicas da Educação do Campo nas escolas da região, fruto da necessidade desse território hoje em disputa, seja pelo respeito a identidade dos camponeses e sobretudo pelos avanços da política pública de educação compreendida como direito social a todos os sujeitos.

Tal perspectiva corrobora a análise de Fernandes de que as disputas territoriais abrangem também aspectos multidimensionais, onde se inclui a educação.

As disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato do território ser uma totalidade, multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões; portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. As políticas de dominação e de resistência utilizam o conceito de território para delimitar tanto os espaços geográficos disputados, quanto de demarcar os pleiteados. (FERNANDES, 2009, p.201).

Como continuidade deste processo de constituição e consolidação do coletivo de articulação, no dia 04 de fevereiro de 2019, realizou-se uma reunião, com participação de 10 entidades, dentre estas Universidade Estadual Paulista – UNESP, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, coletivos de pesquisadores da questão agrária, professores de escolas do campo, diretoria de ensino de Mirante do Paranapanema, com o intuito de elaborar um planejamento regional para o ano de 2019, onde de acordo com o relatório da reunião, se afirmou a consolidação do coletivo de articulação e se estabeleceu um cronograma de trabalho, com reuniões periódicas.

Outro aspecto de relevância, diz respeito a instituição de um processo permanente de formação de professores da rede estadual de educação que atuam nas escolas do campo, processo formativo ligado as dimensões e práticas pedagógicas da Educação do Campo. Tal

ação efetivada desde o segundo semestre de 2018, tem se mostrado como uma experiência de êxito devido a necessidade da ampliação de espaços formativos com professores que atuam diretamente junto as escolas do campo.

Também se desenvolve em parceria com a UNESP – Presidente Prudente o segundo curso de especialização que tem na sua concepção e proposta formativa, contribuir na produção de conhecimentos que possa contribuir na efetivação de ações pedagógica, levando em conta a análise e resultados de pesquisas realizadas referente ao Agrohidronegocio no Pontal do Paranapanema.

O processo acima descrito reflete as potencialidades existentes no território do Pontal do Paranapanema, pois realça as características marcantes na formação dessa região, suscitam historicamente processos de conflitos e contradições prementes. Tais contradições fazem emergir espaços de resistência e busca de alternativas, como é o processo de avanço da articulação por uma Educação do Campo. Tal processo se encontra em construção, por isso também agrega elementos de tensões e contradições, haja vista que este se encontra em contraposição ao modelo hegemônico e de domínio das relações sociais de produção do capital. Compreendendo que esse coloca-se em disputa constante sobre os rumos da educação seja em âmbito local, regional, como também na esfera da sociedade.

Por isso, tal ação de caráter de articulação regional por uma Educação do Campo precisa ser incorporada aos processos de resistência e construção da educação, enquanto ferramenta e propulsora de direitos e de efetiva formação humana. Contudo, tais preceitos precisam trilhar em direção a trajetória e construção da identidade de luta dos trabalhadores na região, visto que as características regionais desse território oferecem possibilidades e potencialidades de se desenvolver processos educativos articulados a perspectiva e demandas concretas da população camponesa que hoje reside nos Assentamentos de reforma agrária.

Nisso decorre a importância do fortalecimento dessa articulação regional da Educação do Campo e seus vínculos junto as demandas gerais da sociedade, compreendendo que as diversas experiências educativas já efetivadas e outras que poderão suscitar, demandam estar ligadas intrinsecamente ao contexto desse território e serem propulsoras de mudanças nas relações sociais estabelecidas no campo, vislumbrando novos valores, centrados na sociabilidade e protagonismo dos sujeitos sociais inseridos nesse contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos e contradições atuantes no território do Pontal do Paranapanema se tornam evidentes na medida em que a disputa da luta pela terra concomitante com o processo

de modernização da agricultura e o avanço da cana de açúcar retira a possibilidade de novos assentamentos e, por conseguinte o acesso as políticas sociais de desenvolvimento regional. Esse quadro fica evidente nos processos educacionais como exemplo nos cursos de agronegócio ofertado junto a população do campo ou mesmo através da atuação das empresas do agronegócio da região adentrando nos espaços das escolas do campo. Nessas ações, fica evidente a contradição posta frente as disputas do território, uma vez que coloca em constante evidencia as tensões sobre diferentes projetos de desenvolvimento para a região.

Ao refletir sobre o contexto educacional na atualidade onde o mesmo oferece um cenário de desmonte das políticas públicas e negação do direito ao acesso à educação, percebemos quão ainda tais ações trilham um caminho mercadológico e de privatização da educação. Todas as características evidenciadas nos oferecem um panorama demasiado complexo, porém, mergulhado em contradições reais que acabam por colocar em evidencia a capacidade criativa de ampliar os espaços de articulações desde a sociedade.

Essa estratégia de disseminação ideológica do capital coloca em evidencia o desafio de interpretação da realidade em seus aspectos relacionados aos conflitos e contradições e a construção do conceito teórico-prático da Educação do Campo para o contexto regional. Esta terá como foco condutor compreender as contradições presentes desde a conformação do território no sentido da efetivação de práticas sociais vinculadas a uma concepção de Educação do Campo desde a perspectiva da classe trabalhadora.

No contexto da educação, tais contradições colocam em evidencia a potencialidade da Articulação por uma Educação do Campo na região do Pontal do Paranapanema compreendida como um território de resistência e de construção futura. Esse processo de articulação regional se torna necessário enquanto espaço de edificação de ações e de afirmação de direitos ao acesso apolítica educacional de qualidade e de respeito ao seu contexto local e de defesa de seu território. Tal construção, questiona o desenvolvimento de um modelo educacional e de desenvolvimento regional ligado aos preceitos do capital que eleva os valores do individualismo, competição e meritocracia, baseados na perspectiva do mercado e do lucro.

Portanto, nos mostra uma condição de criação e de construção permanente enquanto processo efetivo de articulação de novos preceitos ligados, especialmente a realidade das populações do campo e a seu modo de vida, numa relação dialética entre quem faz\constrói o território e quem forma\educa num processo permanente de avanço da consciência e formação humana, assim como nos diz Freire:

A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, está luta pela humanização somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, *destino dado*, mas resultado de uma “ordem” *injusta* que gera a violência dos opressores e esta, *o ser menos*. (...) O ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de cria-la, não se sintam opressores, nem se tornem, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si mesmos e aos opressores. (...) Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. (FREIRE, 1987, p. 41).

O fortalecimento da Articulação por uma Educação do Campo na região do Pontal do Paranapanema segue sua constituição vislumbrando estabelecer-se como ferramenta de resistência e de luta premente frente ao cenário de recrudescimento do capital no campo.

Eis a tarefa de persistência e de construção permanente!

REFERÊNCIAS

BOLETIM DATALUTA. **Relatório Pontal do Paranapanema 2012**. Presidente Prudente: Rede Dataluta, 2013.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDAT, R. S. Educação do campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-265.

_____. **Sobre a Educação do Campo**. In: SANTOS, C. A. (Org.). Campo - políticas públicas – educação. Brasília: Incra; MDA, 2018. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 5.

Diretoria de Ensino de Mirante do Paranapanema. **Relação das escolas estaduais**. Disponível em: <<https://demparanapanema.educacao.sp.gov.br/>>. Acesso em: 24 set. [2019].

FERNANDES, B.M. **Movimento social como categoria geográfica**. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

_____; SILVA, A.; VALENCIANO, R. C. (Coords.). **Relatório de impactos socioterritoriais**. Presidente Prudente: [s.n], 2006.

FELICIANO, C. A. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários!** Revista NERA, Presidente Prudente, ano 10, n. 11 p. 48-60, jul./dez. 2007.

FREITAS, C. L. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **A experiência do trabalho e a Educação básica**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FRIGOTTO, G. Educação Omnilateral. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.p.265 – 271.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**.2.ed.São Paulo: Expressão Popular,2014.

GHEDINI, C. M. et al. **Educação do Campo no estado do Paraná: um registro das lutas, conquistas e desafios (1998-2012)**. Cascavel-PR: Edunioeste, 2016.

GIL, A.C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4.ed. São Paulo:Atlas, 2002.

LAMOSA; LOUREIRO, A educação ambiental e o papel das escolas públicas na valorização da imagem do agronegócio.**Revista Comunicações**. Piracicaba, 2015, p.111-135.

LEHER, R. **Educação Popular e luta de classes: um tema do século XXI**. 2012. (Mimeo).

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec; Fundação Unesp, 1998.

LUZ, M.F. **A investida do capital na educação: uma análise do projeto da educação desenvolvida pela empresa Odebrecht no município de Teodoro Sampaio região do Pontal do Paranapanema/SP**. In: MOREIRA, E.M. et al. (Org.). Educação do Campo, práticas pedagógicas e questão agrária. Rio de Janeiro: Bonecker, 2017.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. Escola do campo. In: In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 324-332.

RABELLO, D.**Camponeses assentados e as práticas agroecológicas no contexto do agrohídronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP)**. 2018. 125f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **O dinheiro e o território.** In: SANTOS et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. Ed. Rio de Janeiro: D&A, 2006.

SOBREIRO. F. J. **A luta pela terra no Pontal do Paranapanema: história e atualidade.** Geografia em Questão, v. 05, 2012. p. 83 -114.